SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO: dilemas *da* e *na* atualidade[1]

SOCIAL SERVICE AND TRAINING: dilemmas of and today

Laína Jennifer Carvalho Araújo[2]

RESUMO

O Brasil, na atualidade, enfrenta múltiplos desafios decorrentes da mundialização do capital e das contrarreformas do Estado com consequentes regressões de direitos historicamente conquistados. É a partir dessa perspectiva que buscamos pensar a profissão do Serviço Social, enquanto campo de conhecimento e os desafios postos na formação e na realidade concreta, frente as múltiplas e ampliadas formas de desigualdade que emergem dessa conjuntura. Trata-se de uma discussão analítico conceitual com base no arcabouço legal e da literatura do campo do Serviço Social na sua interlocução com as políticas públicas enquanto dispositivos legítimos de enfrentamento das múltiplas expressões da questão social.

Palavras-chave: Serviço Social. Formação Profissional. Crise.

ABSTRACT

Currently Brazil faces multiple challenges resulting from the globalization of capital and the state's counter-reforms with consequent regressions of rights historically conquered. It is from this perspective that we seek to think about the Social Work profession as a field of knowledge and the challenges posed in training and in concrete reality in the face of the multiple and expanded forms of inequality that emerge from this conjuncture. It is a conceptual analytical discussion based on the legal framework and the literature in the field of Social Work in its interlocution with public policies as legitimate ways to face the multiple expressions of the social issue.

Keywords: Social Work. Professional training. Crisis.

1 INTRODUÇÃO

Os impactos da crise capitalista, os efeitos do subfinanciamento estrutural do SUS e as contrarreformas do Estado tem acarretado perda gradual dos direitos sociais em um tempo marcado por fragilidades e por redução do acesso às políticas sociais.

[1] Esse artigo é Produto Financiado pela Coordenação de Pessoal de Nível Superior, Capes, Brasil. Código de Financiamento 001.
[2] Universidade Federal do Piauí. Mestre e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Bolsista Capes. E-mail: laina5411@gmail.com

É no bojo desse processo que nos propomos a refletir sobre a questão da formação profissional do assistente social inserida nesse processo histórico profundamente marcado pela financeirização da economia e pela apropriação do fundo público pelo capital.

Esse tempo é marcado também pela "intensificação de políticas de contrarreformas do grande capital produtivo aliado às finanças" (IAMAMOTO, 2019, p. 34) o que remete aos desafios postos à garantia e ao fortalecimento das políticas sociais públicas que visem assegurar a promoção, a proteção e o fortalecimetnto dos direitos, sobretudo os direitos sociais. Essas trasnformações ampliam as situações de desigualdade social enquanto expressões da questão social presentes na vida de um expressivo contingente da população.

Essa complexa dinâmica nos coloca diante de "uma nova era de devastação, uma espécie de fase ainda mais destrutiva da barbárie neoliberal e financista que almeja a completa corrosão dos direitos do trabalho em escala global" (ANTUNES, 2018, p. 10). Fazendo emergir um conjunto de necessidades tanto para o campo da intervenção, quanto para a formação. No que tange ao Serviço Social, torna-se fundamental destacar sua intima ligação com as interfaces da questão social e a "desigualdade fundante que a constitui, no atual contexto de transformações estruturais e conjunturais que se processam sob a dominância do capital financeiro" (YAZBEK, 2018, p. 184).

Na perspectiva aqui adotada denominamos questão social o "conjunto multifacetado das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado" (IAMAMOTO, 2009, p. 177). Nesse contexto, as políticas sociais são atravessadas por conflitos decorrentes de um "um processo internamente contraditório, que simultaneamente, atende interesses opostos" (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 24). Todavia cumpre destacar que as políticas "são respostas e formas de enfrentamento, quase sempre setorializadas e fragmentadas, às expressões da questão social no capitalismo" (*op. cit*., p. 53). Temos assinalado que o Serviço Social viveu o tempo de intenção de ruptura com o conservadorismo e de construção, do que denomina, Projeto Ético Político da profissão.

É diante desse contexto, que buscamos refletir sobre a formação no âmbito do Serviço Social dando-se nas interfaces entre o processo formativo ***da*** e ***na*** universidade e o fazemos no diálogo com o processo histórico que tem sido construído ao longo do tempo mediado pelo desafio de construir proposta para o enfrentando no tempo presente desse contexto de crise do capitalismo e de contrarreformas do Estado, que tem fragilizado as políticas sociais públicas e levado ao desmonte dos direitos sociais. Período da história marcado por grandes incertezas e, que enfrenta ainda a pandemia da COVID-19. A pandemia tem sérias implicações internacionais, nacionais, estaduais e locorregionais, considerando que, na atualidade, não existe tratamento eficaz disponível para o tratamento das infecções do coronavírus, uma vez que esforços significativos têm sido feitos para o desenvolvimento de vacinas e de medicamentos.

O artigo é um recorte de nossa pesquisa de doutorado ora em curso no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí que tem como objeto de análise a formação no âmbito do Serviço Social na sua relação intrínseca com a história numa perspectiva de longa duração.

Propomo-nos a fazer um aprofundamento sobre a formação dando-se no âmbito desse processo socióhistórico marcado por múltiplas e mútuas relações de instabilidade e de incertezas sobre como fazer transitar no âmbito da formação, os conhecimentos indispensáveis sobre o papel das políticas públicas enquanto dispositivos legítimos de enfrentamento das múltiplas expressões da questão social no cenário de intensos riscos e com profundas incertezas sobre o devir. Para tanto nos propomos a tecer uma discussão analítico conceitual com base no arcabouço legal e na literatura do campo do Serviço Social sobre os desafios postos à formação nesse momento da história.

Nesse momento da história, no Brasil, um conjunto de direitos conquistados historicamente estão sendo colocados em risco, e nesse sentido, desafiam o campo da ciência, da formação e da pesquisa. Assim, pensar a formação requer a compreensão desse fenômeno e sua [re]configuração no denso tecido da história que continuamente tem atravessado um tempo marcado por profundas transformações em suas dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais.

2 ENTRE ESTRUTURA E CONJUNTURA: [RE]CONFIGURAÇÕES

O Brasil, na atualidade, enfrenta múltiplos obstáculos, fragilidades e desafios, que requerer a realização de uma rigorosa análise da estrutura e da conjuntura levando em consideração as articulações, tensões e potencialidades presentes na realidade, que têm impactos na formação, nas políticas públicas, na educação e na dinâmica do trabalho. Entende-se por análise de conjuntura "uma mistura de conhecimentos e descoberta [...] uma leitura especial da realidade" (SOUZA, 2009, p. 8) que requer do protagonista da atividade de trabalho – seja ele o profissional ou o estudante em formação – que seja capaz de empreender uma leitura consistente, ao mesmo tempo, que saiba fazer uma análise situacional da instituição, do trabalho direto e dos desafios postos à garantia dos direitos.

Esse movimento evidencia que "as crises no capitalismo não são fenômenos eventuais, mas processos imanentes que se manifestam ciclicamente em função da tendência de queda da taxa de lucros [...] em contextos de baixos salários e desemprego crescente" (*op. cit*., 2013, p. 610) atingindo patamares com profundas transformações econômicas, sociais e políticas correlacionadas com as fragilidades do viver em presença e em tensão com a busca pela saúde, assistência, educação e pelos demais direitos garantidos pela Constituição Federal do Brasil (1988) que tende a estar presente na dinâmica da vida de expressivos contingentes populacionais, marcados ou não, por situações de vulnerabilidade ou de risco social.

Boschetti e Teixeira (2019, p. 70) assinalam que o "argumento neoliberal falacioso de que o motivo da crise está relacionado ao excesso de gastos públicos, de fato, o ajuste fiscal no país foi intensificado nos últimos quatro anos em benefício das ambições do capital". Nesse sentido, a soma das medidas neoliberais "ocasiona efeitos deletérios para os serviços públicos uma vez que abre espaço para a privatização de empresas estatais bem como ocasiona a restrição de gastos na área social e impõe reformas fiscais" (SALVADOR, 2008, p. 88).

Desse modo, "a combinação entre neoliberalismo, financeirização da economia e reestruturação produtiva acarretou profundas transformações na composição da

classe trabalhadora e em sua morfologia" (ANTUNES, 2018, p. 20), contexto no qual a articulação entre educação, formação, trabalho, direitos e proteção social pública sofrem os "impactos das transformações estruturais do capitalismo, que atingem duramente o trabalho assalariado e as relações de trabalho, levando à redefinição dos sistemas de proteção social e da política social em geral" (YAZBEK, 2012, p. 305-306).

Assinalam Yazbek; Bravo e Raichelis (2020, p. 408) que o Brasil no ano de 2018 chegou "a 54.8 milhões de pobres, sendo que 14.830 milhões de brasileiros estão em situação de pobreza extrema [...]. Crescem as desigualdades socioeconômicas entre pessoas de diferentes etnias e raças. [...] o genocídio contra pretos e pardos". Aliam-se a esses rebatimentos de caráter estruturais, econômicos, políticos, sociais e culturais a presença de um contexto de fragilização da dimensão universal das políticas sociais públicas e de suas repercussões nas condições sociais e de vida da população usuária dessas políticas, uma vez que em um contexto de crise, a produção de ações cotidianas, muitas vezes, é definida de forma vertical no âmbito das políticas sociais públicas sob a égide do ideário neoliberal.

Nessa dinâmica societal tem prevalecido o "trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais [...] a privatização, a focalização e a descentralização" (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 156) cuja tendência tem sido "a de restrição e redução de direitos sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise" (*op. cit.,* p. 156). A política social é um conceito complexo, que não condiz com a "ideia pragmática de mera provisão, ato governamental, receita técnica ou decisões tomadas pelo Estado e alocadas verticalmente na sociedade para além de um conceito" (PEREIRA, 2014, p. 24), isso em virtude de que a política social constitui "um processo internamente contraditório, que simultaneamente, atende interesses opostos" (PEREIRA, 2014, p. 24).

Decorre desse fato a exigência de um esforço "mais aprofundado de conhecimento dos seus movimentos, tendências, contratendências e relações, com vista ao estabelecimento de estratégias de políticas dialeticamente interligadas" (*op. cit*., p. 24) uma vez que "não existe direito sem sua concreta realização e sem suas

mediações e a Política Social é sem dúvida mediação fundamental nesse sentido" (YAZBEK, 2018, p. 191) à medida que podem ser vistas como mecanismos pelos quais o Estado atua sobre as demandas que emergem por intermédio da sociedade civil e das classes sociais em disputa.

No campo da Educação pensadas como "uma política social pública voltada à formação de força de trabalho altamente qualificada, à produção de ciência, de tecnologia encontra-se sujeita às forças contraditórias que nela incidem" (IAMAMOTO, 2019, p. 23), ou seja, a autora refere-se tanto às forças que impulsionam "a financeirização da vida social para desenvolver as forças produtivas sociais do trabalho e alimentar superlucros dos monopólios no mercado mundial, quanto dos interesses do conjunto das classes subalternas na busca de seus direitos e na luta por seus interesses coletivos" (2019, p. 24).

No capitalismo contemporâneo, especificamente, nas três décadas de existência do Sistema Único de Saúde, ocorreram "permanentes ataques às políticas de direitos sociais, em particular à saúde pública universal no Brasil [...] com recorrentes embates e sinais claros de redução de sua sustentabilidade financeira" (MENDES; CARNUT,2020, p. 11). Esses "parâmetros têm sido colocados em xeque, submetidos à lógica da redução dos gastos públicos e da ampliação da relação público-privada que fragiliza o caráter universal da política de saúde historicamente construída" (ARAÚJO; JOAZEIRO, 2019, p. 34-35) assim os efeitos da crise contemporânea do capitalismo sobre a Política de Saúde no Brasil são inegáveis, especialmente pelos obstáculos postos à efetivação do direito à Saúde Pública universal.

Nesse contexto, as contrarreformas neoliberais, principalmente a Emenda Constitucional 95, se agravam cada vez mais "fragilizando o já precário funcionamento do SUS, do SUAS, da Previdência Social, ou seja, exatamente as políticas de Seguridade Social que neste momento estão sendo demandadas para ações emergenciais e preventivas" (YAZBEK; RAICHELIS; SANT'ANA, 2020, p. 208). Assinala Iamamoto (2019) que vivemos num "tempo de radical privatização, que destrói *direitos trabalhistas, a Previdência Social, a universidade pública e o ensino*

superior federal público, pressionando sua privatização com o contingenciamento total ou parcial de verbas (IAMAMOTO, 2019, p. 440, destaques da autora).

> [...] na verdade, o que está em jogo nessa conjuntura política é a ruptura do pacto que se construiu em torno da Constituição Federal de 1988, com base na ideia que ela não cabe no orçamento, que os direitos sociais oneram demais o fundo público, disseminando-se a 'cultura da crise' como responsabilidade de toda a sociedade (RAICHELIS; YAZBEK, 2018, p.47).

É a partir dessa perspectiva que buscamos situar o Serviço Social e os desafios ***da*** e ***na*** profissão em face das intensas mudanças da conjuntura social brasileira e nos retrocessos praticados sobre as políticas sociais, sobretudo no que tange às reformas estruturais realizadas e as contrarreformas do Estado que levado à fragilização das políticas sociais e colocado em risco os direitos historicamente conquistados. Trata-se de uma profissão legalmente reconhecida que possui uma direção social estratégica e que expressa "um projeto social compromissado com os interesses históricos da massa da população trabalhadora e com a construção de uma nova sociedade" (BARROCO, 2008, p. 229-230).

Fato que requisita desse profissional compreender que o processo de leitura da realidade precisa ser analisado como parte de um movimento específico carregado de complexidades, todavia para fazê-lo precisamos ter um projeto de sociedade e de formação que seja capaz de potencializar a ciência e a ética, com vistas a defender os direitos conquistados historicamente e os em processo de construção, a saúde e a vida nesse tempo e para além dele.

3 SERVIÇO SOCIAL, FORMAÇÃO E TRABALHO EM TEMPOS DE CRISE

O Serviço Social é uma profissão de natureza interventiva, inserida na divisão social e técnica do trabalho, tendo como como objeto de sua intervenção às múltiplas expressões da questão social estando em consonância com Lei nº 8662/93, que regulamenta a profissão cuja dimensão do exercício profissional é de natureza teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa "recebendo as determinações históricas, estruturais e conjunturais da sociedade burguesa e respondendo a elas,

consiste em uma totalidade de diversas dimensões que se autoimplicam, se autoexplicam e se determinam entre si" (GUERRA, 2017, p. 49).

Nessa perspectiva, a formação profissional do Serviço Social não pode ser "vista apenas a partir da demanda já estabelecida socialmente: ela tem a função de, a partir de um distanciamento crítico-analítico do panorama ocupacional, apontar as possibilidades teórico-práticas da profissão apresentadas pela própria realidade" (IAMAMOTO, 2013, p. 192). No Brasil, o assistente social é um profissional de nível superior, que possui uma formação científica, de caráter interventivo e investigativo, nesse sentido, coloca como imperativo ético para o assistente social novas necessidades e competências no enfrentamento da questão social e em consonância com o Projeto Ético Político da profissão.

Como já assinalado, o Serviço Social viveu o tempo de intenção de ruptura com o conservadorismo construindo nas últimas quatro décadas "um projeto para a profissão, forjado nas lutas dos movimentos sociais e articulado a um projeto societário anticapitalista" (YAZBEK; BRAVO; RAICHELIS, 2019, p. 408). Nessa perspectiva, a profissão no decorrer de sua história foi construindo seu *corpus* conceitual e axiológico, tendo gradualmente se afastado do paradigma da caridade e construindo um arcabouço teórico e interventivo capaz de compreender os desafios dessa [re]configuração em uma sociedade em continuo processo de mudança.

É fundamental assinalar que no campo do Serviço Social, sobretudo a partir dos anos de 1970, ocorreram importantes acontecimentos no âmbito "da formação; da produção e divulgação dos conhecimentos a respeito da profissão; na virada nas entidades da categoria com um novo projeto para o Serviço Social e a perspectiva de articulação entre elas" (YAZBEK; BRAVO; RAICHELIS, 2019, p. 409).

Raichelis *et al* (2019, p. 499) assinalam que os anos de 1979 foi considerado para a profissão de Serviço Social o ano da "virada" com a realização do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais cenário no qual "configurou-se a possibilidade histórica da categoria de assistentes sociais assumir-se enquanto sujeito coletivo na cena política brasileira, em aliança com os demais protagonistas da 'virada democrática' no país". Apreende-se ainda os desafios postos a construção e

consolidação do Projeto Ético-Político e os múltiplos e mútuos desafios postos a formação a partir das transformações em curso.

Nesse sentido, é possível apreender a dinâmica e a relação de interdependência e de interpenetração recíprocas (ELIAS, 1994; JOAZEIRO, 2018) entre as múltiplas dimensões que estão presentes no âmbito da história da profissão e de ***sua*** relação com o denso tecido da história, quando essa é analisada na perspectiva da longa duração. É nessa relação entre totalidade histórica e incompletude que a profissão transita, ao mesmo tempo, que é interpelada diuturnamente a ser capaz de [re]conhecer os traços ***dessa*** sociabilidade e de muitas outras dimensões que são essenciais nessa agenda de intervenção em defesa dos direitos, da saúde e da vida.

Torna-se importante destacar que o projeto profissional "articula em si mesmo os seguintes elementos constitutivos: *"uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas"* (NETTO, 1999, p. 98, destaques do autor), assim sendo não "há dúvidas de que o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade" (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 222).

Nessa reflexão apreende-se que a identidade dessa profissão deva ser pensada "dialeticamente, como uma categoria política e sócio histórica que se constrói na trama das relações sociais, no espaço social mais amplo da luta de classe e das contradições que a engendram e são por elas engendradas" (MARTINELLI, 2011, p. 17), ao mesmo tempo que se coloca uma nova forma de realizar o trabalho de modo a apreender a realidade em suas múltiplas determinações e contradições no sentido de desenvolver ações efetivas para a garantia de direitos e que promovam mudanças nas condições de vida da população usuária.

Nesse diálogo com a história, é fundamental destacar os anos de 1980. Esse período constituiu-se num marco de profundas transformações sociais e políticas no Brasil, principalmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988. No campo do Serviço Social essa década se constitui num importante marco para compreender a profissão e sua interlocução com a tradição marxista e de avanço do Projeto Ético

Político. Bravo e Matos (2009) assinalam que é impossível falar do Serviço Social sem se referenciar aos anos de 1980 uma vez que essa década tem um papel fundamental "para o entendimento da profissão hoje, pois significa o início da maturidade da tendência atualmente hegemônica na academia e nas entidades representativas da categoria, intenção de ruptura" (*op. cit.,* p. 204).

Nessa perspectiva, a formação profissional do Serviço Social após 1996, propõe uma nova perspectiva analítica e conceitual para o Currículo de Serviço Social, aspecto esse que remetem à importância do papel das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) no processo de construção da perspectiva de ruptura com o conservadorismo na profissão, à medida que essa organização da matriz curricular tem buscado fortalecer a base conceitual, epistemológica, pedagógica e ética ***da*** e ***na*** profissão com base nos três Núcleos de Fundamentos da Formação Profissional do Serviço Social.

Desse modo, a formação no campo do Serviço Social tem sido desafiada a desenvolver no estudante, ao longo do processo de formação profissional, a capacidade de transitar e de relacionar os núcleos constitutivos dos conhecimentos específicos do campo do Serviço Social, de seu *corpus* de conhecimento historicamente construído, de sua instrumentalidade que torne possível apreender as expressões da questão social em diversos territórios marcados por singularidades, especificidades e atravessados por questões estruturais e conjunturais que marcam os espaços sociais nas políticas nas quais o assistente social se insere, bem como os interpelam, cotidianamente.

Essas transformações societais "trazem na raiz dessas modificações a indagação sobre a compatibilidade (ou não) entre direitos, políticas sociais e as relações que se estabelecem entre Estado, sociedade e mercado nos novos marcos da acumulação capitalista" (YAZBEK, 2012, p. 305-306), assim como novas necessidades e demandas para o campo da intervenção no Serviço Social. Requisitando do estudante em seu processo de formação ser capaz de relacionar os núcleos de conhecimento do campo do Serviço Social, de forma a tornar possível apreender as expressões da questão social indispensáveis para uma aproximação da atividade real do trabalho, ou seja, a apreensão entre a indissociabilidade de

conhecimentos e saberes, a qual se constituí como um dos princípios que fundamenta a formação profissional do assistente social e sua articulação no cotidiano do trabalho.

Essa direção social definida numa perspectiva teleológica, tem se dado num contexto de crise que tem fragilizado a dimensão universal das políticas sociais e seus consequentes rebatimentos no campo da formação, da ciência e nos momentos de intervenção muitas vezes definidas de forma vertical no âmbito das políticas sociais públicas sob a égide do ideário neoliberal configurando-se num "cenário que intensifica e aprofunda para as políticas sociais públicas, que se tornam cada vez menos universais e mais focalizadas" (YAZBEK , 2016, p. 6).

Na atualidade, o Brasil, enfrenta múltiplos obstáculos, fragilidades e desafios, e, consequentemente, interpelam, cotidianamente os assistentes sociais a realizar uma rigorosa análise da estrutura e da conjuntura à medida que a desigualdade social aliada à concentração de renda,

> [...] se intensificam nas atuais formas de acumulação capitalista, resultam de mudanças na esfera da produção, associadas à nova hegemonia liberal-financeira, e trazem como consequência o agravamento da "questão social" e suas expressões na vida da classe trabalhadora (YAZBEK; RAICHELIS; SANT'ANA, 2020, p. 208).

Marcando um campo de disputas e incertezas na política, no trabalho, na formação profissional, na atenção à saúde, na assistência com impactos na questão social e nas políticas sociais espaços da intervenção profissional do assistente social e que "nos alcançam cotidianamente, pois a desigualdade e a concentração de renda que se intensificam nas atuais formas de acumulação capitalista trazem como consequência a radicalização da questão social" (YAZBEK; BRAVO; RAICHELIS, 2019, p. 470).

A conjuntura que tem se [re]configurado em decorrência das transformações contemporâneas aliadas a mundialização, a financeirização e a crise do capital somadas às "pressões do grande capital internacional com apoio interno dos centros do poder" (IAMAMOTO, 2019, p. 16-17) tem tido impactos no que tange à regressão dos direitos trabalhistas seus processos e sujeitos, ao mesmo tempo em que provocam redefinições nas políticas sociais [re]criando novas formas de sociabilidade. Desse modo, desencadeia novas demandas, sobretudo no cotidiano de intervenção

do assistente social no âmbito das políticas sociais e da sua relação direta com a população usuária dos serviços, ao mesmo tempo, que coloca como desafio a materialização do Projeto Ético Política da profissão.

Na atualidade tem sido requerido [re]conhecer "a diversidade de propostas em disputa na arena do Serviço Social brasileiro, o desafio é[em] manter com garra a luta pela hegemonia no Serviço Social como profissão e como disciplina científica" (IAMAMOTO, 2019, p. 456) principalmente em virtude de que no Brasil, na atualidade, "o (des)governo federal vem assumindo o projeto ultraliberal conservador e obscurantista, de estímulo ao ódio de classe e aos grupos sociais historicamente excluídos de acessos a bens, serviços públicos e direitos" (YAZBEK; RAICHELIS; SANT'ANA, 2020, p. 207).

Nesse sentido, para assegurar direitos é necessário a mediação com as políticas sociais, o requer de ***quem*** intervém a compreensão das políticas sociais e a ***sua*** relação com a questão social, assim como da necessidade de compreender que no processo de formação das diversas profissões que estão inseridas no campo da saúde, da assistência, da educação e demais campos de intervenção, está presente a exigência ao mesmo tempo epistemológica, deontológica e pedagógica de buscar estabelecer um diálogo entre diferentes áreas de conhecimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse momento da história, no Brasil, um conjunto de direitos conquistados ao longo do contínuo do tempo estão sendo colocados em risco e desafiam o campo da ciência, da formação, da intervenção e da pesquisa. Nesse sentido, pensar a formação requer a compreensão desse fenômeno e sua [re]configuração no denso tecido da história que continuamente tem atravessado um tempo marcado por profundas transformações em suas dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais. Nesta perspectiva buscou-se a relação entre o campo do Serviço Social, enquanto campo de conhecimento historicamente construído, e os desafios postos na realidade concreta para transitar na direção de diversas públicas indispensáveis para

o enfrentamento das múltiplas e ampliadas formas de desigualdade que emergem diante da conjuntura regressiva marcada pelas contrarreformas do Estado.

Na atualidade, a conjuntura social e econômica marcada pela mundialização finaceirização e por contrarreformas do Estado, tem aumento expressivamente as desigualdades sociais e, consequentemente, tem levado ao crescimento das necessidades sociais, educacionais e de saúde de populações, ao mesmo tempo que colocam em risco a Seguridade Social tendo em vista o histórico subfinanciamento da Saúde.

A multiplicidade de dimensões presente na sociedade moderna requer a compreensão das [re]configurações societais que marcam a crise capitalista e seus impactos no mundo do trabalho correlacionando seus aspectos histórico, políticos, econômicos, sociais e culturais com repercussões nas formas de sociabilidade. Está posto ainda o desafio de defender as políticas sociais e a vida como um direito universal, fundamental e inalienável do cidadão, que remete à imprescindibilidade de buscar salvaguardar os direitos, historicamente construídos, uma vez que os mesmos estão sob risco.

Assim, situar o Serviço Social no atual contexto pressupõe apreender a dinâmica “conjuntural e a correlação de forças manifesta ou oculta” (GUERRA, 2014, p. 268) uma vez que “aqui, as ações profissionais tendem não apenas a realizar o atendimento da necessidade imediata, como ainda a se vincular aos projetos sociais das classes que mediatiza” (*op. cit,* p. 268), ou seja, no espaço de intervenção e de formação do trabalho do Serviço Social requer que o assistente social transite entre os conhecimentos do campo do Serviço Social, os conhecimentos inerentes à estruturação e à organização administrativo-burocrático das instituições, as normas de inserção e de exclusão dos direitos das diversas políticas sociais e os conhecimentos adstritos às outras profissões e suas interfaces com o campo do direito e o campo sócio jurídico.

A vivência cotidiana desse processo implica ainda no desafio do reconhecimento das múltiplas especificidades e continuidades da questão social, materializadas na vida concretas das populações, sem perder de vista, as múltiplas questões relativas à estrutura sócia histórica.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996. **Cadernos ABESS**, São Paulo, v. 7, p. 58-76, nov. 1997.

ANTUNES, R. Prefácio. *In*: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (Org.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

ARAÚJO, L. J. C; JOAZEIRO, E. M. G. Direitos sociais em tempos de crise: desigualdades sociais e agravos à saúde. **O Social em Questão**. Ano XXII, nº 44, volume 1, maio a agosto 2019, Rio de Janeiro: PUC-Rio Departamento de Serviço Social. Disponível em http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_44_art1.pdf. Acesso em 10 de agos. 2021.

CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. (Org.). **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 35-67.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (orgs). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Editora UFJF, 3ed., 2017.p. 49-76.

IAMAMOTO, M. V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In. Atribuições privativas do/a assistente social em questão. CFESS, 2009. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/ atribuicoes2012-completo.pdf. Acesso em 9 de agos. de 2021.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Brasil**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional em Serviço Social: uma experiência em construção na América Latina. **Serviço Social & Sociedade.** São Paulo, n. 134, p. 13-33, abr. 2019. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282019000100013&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25 maio 2020.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social brasileiro em tempos de mundialização do capital. In: YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. (Orgs). **Serviço Social na história**: América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019. p. 34-61.

JOAZEIRO, E. M. G. **Supervisão acadêmica e de campo**: relação entre saberes. Teresina: EDUFPI, 2018.

MENDES. A.; CARNUT, L. Capital, Estado, Crise e a Saúde Pública brasileira. **SER Social**, v. 22, n. 46, p. 9-32, 27 jan. 2020. Disponível em https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/25260. Acesso em 06 de jun. 2021.

MENDES, A. A saúde pública brasileira no contexto da crise do Estado ou do capitalismo? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.24, supl.1, p.66-81, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902015000500066&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 agos. 2021.

RAICHELIS, R *et al*. Revista Serviço Social & Sociedade: 40 anos contribuindo para o pensamento crítico do Serviço Social brasileiro. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 136, p. 497-517, Dec. 2019. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282019000300497&lng=en&nrm=iso. Acesso em 30 Jul 2021.

SALVADOR, E. Fundo público no Brasil: financiamento e destino dos recursos da seguridade social (2000 a 2007). Tese de doutorado. Brasília: UnB, 2008.

YAZBEK, M. C. Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro. **Serviço Social Em Revista**., Londrina, v. 21, n.1, P. 183-194, Jul./Dez. 2018. Disponível em http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/35215/24769 Acesso em 20 de agos de 2021.

YAZBEK, M. C. O desafio da defesa das Políticas Públicas para o Serviço Social. **Argum.** Vitória (ES), v. 8, n.1, p. 6-13, jan./abr. 2016. Disponível em:1http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/12139. Acesso em: 13 de jun. de 2020.

YAZBEK, M. C.; BRAVO, M. I.; RAICHELIS, R. 40 anos da Virada do Serviço Social: história, significados. **Serviço Social & Sociedade.** São Paulo, n. 136, p. 407-415, dez de 2019. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282019000300407&lng=en&nrm=iso. Acesso em 13 de jul de 2021.

YAZBEK, M. C; RAICHELIS, R; SANT'ANA, R. Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n. 138, p. 207-213, agosto de 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282020000200207&lng=en&nrm=iso. Acesso em 30 de jun de 2021.